



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC Rua Jacy**
3 **Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio das**
4 **Araucárias - CEP 80530-915 - Curitiba - Paraná**



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Família
e Desenvolvimento Social

5
6 **Assembleia Ordinária**
7 **Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**
8 **COEDE/PR 11/06/2018**

9 Aos onze dias do mês de junho do ano de 2018, às 13h45min, na sala de gestão do 7º
10 andar, da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS**, sita
11 no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Bairro Centro Cívico,
12 em Curitiba-PR, foi dado início a mais uma assembleia Ordinária do **Conselho**
13 **Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência- COEDE/PR**, para qual os
14 conselheiros foram devidamente convocados. No seu papel, o Presidente desse
15 colegiado, conselheiro Pedro Maria Martendal de Araujo (APAE Cascavel) deu boas
16 vindas ao plenário, convidando os presentes para procederem a auto – apresentação.
17 Presenças:- Flávia Bandeira Cordeiro Portela (SEDS), técnica Samanta (coordenadoria
18 – SEDS), Ivan José de Paduá (Assoc. Cascavelense de pessoas com deficiência visual-
19 ACADEVI), Claudia Camargo Saldanha (SEED), Julio Marcos de Souza (Assoc. De
20 Surdos de Cascavel- SURDOVEL), Andrea Cristina (APAE de Piraquara), Sandra
21 Cristiane Kloser Busnello (SEDS), Carla Regina W. De Moraes (APAE de Palmas),
22 Mauro Vincenzo Claudio Nardini (Assoc. Dos Def. Físicos), Horaides Defant Souza
23 Borges (APAE de Sto. Ant. Do Sudoeste), Selma Maria Hadas (APAE de Cruzeiro do
24 Oeste), Cilmara de Fátima Buss de Oliveira (Assoc. De Pais e Amigos do Deficiente
25 Visual- APADEVI), Carlos Renato do Rozário (APAE de Paranaguá), Juvanira Mendes
26 Teixeira (SESP), Rosângela Aparecida de Souza (SEET), Noemi Nascimento Ansay
27 (SETI), Raquel Bampi (SESA), Benedito Isidoro Diniz (SEEC) e dois intérpretes de
28 Libras, totalizando 17 conselheiros. ° **Apreciação da Pauta** – Aprovada. ° Apreciação
29 da Ata referente à reunião de maio de 2018 – **Aprovada** ° **Informes da secretaria**
30 **executiva** - Justificativas de ausências das conselheiras Aline, Dulce e Andréa,
31 representantes da SEET, SEJU e UNILEHU, respectivamente. ° Relatos das
32 Comissões. ° Comissão de Políticas Básicas – Inversão de pauta, tendo em vista a
33 presença de visitantes. ° **Comissão de Garantia de Direitos** – Relato da conselheira
34 Sandra Busnello. Uma família se fez presente no plenário, o engenheiro Ricardo
35 Henrique Moreton Godói , sua esposa Ana Flavia e o filho Gabriel. Esses pais traziam
36 ao COEDE , uma narrativa detalhada das situações vivenciadas pelo seu filho Gabriel,
37 vítima de paralisia cerebral . Desde 2006 frequentando escola de ensino regular,
38 enquanto as demandas não eram complexas, foi visto como dificuldades de
39 aprendizagem. Após, tem-se enfrentado um diálogo difícil na escola e infelizmente a
40 inclusão escolar ainda é utópica. Segundo os pais, Gabriel faz vínculos fortes com os
41 profissionais que o atendem. Todos os anos sempre foi necessário solicitar uma
42 reunião, para que se tivesse um plano pedagógico. Sempre houve rotatividade de
43 profissionais e nos últimos dois anos, Gabriel já passou por cinco tutores. Ao revezarem
44 na narrativa, os pais colocaram o momento difícil que enfrentaram no último ano,
45 quando o filho passou por um crise depressiva profunda, necessitando de atendimento
46 psiquiátrico. Já neste ano, a equipe escolar foi demitida, entrou uma nova coordenação
47 com difícil diálogo, sendo bloqueado contato com a psicopedagoga. Entre tantas
48 situações, Gabriel recebeu uma advertência por gravar uma aula para ajudar a estudar
49 e na próxima semana, ganhou um diploma de “Bonzinho”. Finalmente na última
50 semana, os pais solicitaram a transferência de Gabriel. Diante disso, os pais de Gabriel

51 vieram ao plenário do COEDE solicitar o indispensável apoio, para que essa denúncia
52 prossiga, pensando também nos outros alunos, com diferentes deficiências. Ricardo
53 Godói foi franco em afirmar: a sua luta desde que seu filho nasceu foi direcionada a
54 todos. Disse que Gabriel é dedicado, tem vontade potencial e é uma injustiça ele não
55 progredir como poderia. Esclareceu que uma denúncia foi feita on-line, dirigida ao
56 núcleo de educação. Houve uma resposta, estando subentendido que os pais eram
57 negligentes. Na sequência fez um acesso, filmando o conteúdo da aula que tem uma
58 página em branco. Ao se decidir tirar o Gabriel dessa escola, o pai decidiu examinar o
59 regimento da escola, apresentando na secretaria de educação. Ao mesmo tempo,
60 solicitou o planejamento dos últimos 12 anos. O visitante deixou claro que todas as
61 pessoas tem deficiências mais nítidas e outras aparentes, isso tudo foi negligenciado
62 por anos. No período no qual a família residiu nos Estados Unidos , Gabriel fez High
63 School e tudo foi em vão. Percebeu-se que nas últimas semanas ele está evitando de
64 falar em represália à demissão de uma funcionária da escola. As situações de
65 desespero já vividas por Gabriel, já envolveram tentativas de suicídio, sumiços de casa,
66 entre outras. Assim, sair da escola foi saudável para ele. A proposta desse pai é fazer
67 de tudo isso um estudo de caso exemplar, pois naquela escola não existe inclusão.
68 Certa vez, um professor na hora da refeição, exclamou:- “Eu não como com esse
69 menino do meu lado”, pelo fato de Gabriel, ao comer, derrubar os alimentos. Ricardo
70 revelou que por força de destino, ele e a esposa Ana chegaram ao doutorado em
71 Engenharia. Desta feita, chegaram até este Colegiado, com a possibilidade de fazer
72 este relato. Solicitou uma avaliação severa dessa escola e também de tantas outras. O
73 que fazem com essas crianças é desumano! O conselheiro Ricardo Vilarinho
74 (UNILEHU) informou já ter integrado a ouvidoria e esse relato infelizmente tornou-se
75 uma coisa comum e nas escolas particulares o procedimento é igual. Citou que sua
76 organização elaborou um projeto e lá todos tem inclusão. Tudo foi projetado para servir
77 de exemplo e hoje tornou-se uma realidade. Questionou até que ponto o ministério
78 público poderá atuar? Enquanto COEDE, deixou claro não ser possível passar em
79 branco pois esse fato saiu de dentro da escuridão! Solicitou ao COEDE um olhar
80 especial para essa situação. O conselheiro Mauro Nardini (Assoc. Dos Def. Físicos)
81 deu uma importância destacada ao fato de além do ofício a ser encaminhado pela
82 comissão, contatar também o Ministério Público. Gabriel sofreu por 12 anos e as outras
83 crianças ainda lá estão, sofrendo os mesmos revezes. Este colegiado tem todo o poder
84 para agir. Nesse momento, o plenário contou com a presença da Sra. Procuradora de
85 Justiça, Dra. Rosana Beraldi Bevervanço. Tomando ciência do caso já narrado aos
86 conselheiros, a mãe do Gabriel colocou já ter recebido orientações para dirigir-se à
87 Promotoria da educação. Dra. Rosana considerou absurda a história narrada, que
88 merece providências urgentes. Ana (mãe de Gabriel) afirmou que foi encontrada uma
89 nova escola, sendo necessário apenas encontrar pessoas de boa vontade, ter amigos
90 de verdade. Diante de toda essa narrativa, pediu a palavra a conselheira Claudia
91 (SEED). A técnica relatou que, a partir do primeiro contato dessa família, já está
92 agendada uma reunião para as 9h 30min de amanhã, envolvendo a equipe pedagógica
93 dessa escola. O processo já foi aberto e encontra-se na SEED. Nesse primeiro
94 momento, existem dois itens que essa escola deverá ter em mãos:- um documento
95 aprovando o regimento escolar e o PPC. O pai Ricardo esclareceu que no início do
96 ano cobrou-se um plano individual para Gabriel. Eram Pagos 400 reais cada vez. Voltou
97 a conselheira Claudia (SEED), constatando que existem duas situações:- o
98 planejamento individualizado que é praticamente mensal e depois um relatório com os
99 seus avanços. É obrigatório: - 1ª aprendizagem do Gabriel e 2ª trata-se de uma questão
100 de gestão. Sabe-se que não é só essa escola que age dessa maneira e infelizmente

101 isso acontece com aquelas de iniciativa provada:- dizem não possuir vagas, porém a
102 legislação está posta para todos. A mãe, Ana externou: parece que as escolas
103 particulares tem Lei própria, assim criar um mecanismo de fiscalização. Seguir as
104 normativas de uma política de educação. Houve manifestação da Conselheira Andrea
105 Cristina (APAE Piraquara) que como mãe e avó, disse ser solidária com o casal
106 presente. A constituição é uma só e essa é uma história que saiu da escuridão, no
107 entanto é uma realidade do país. Existe uma dificuldade em aceitar o diferente, a
108 incapacidade do respeito, colocando-o para o lado. A aceitação do ser humano é algo a
109 ser cultivado e o conselho precisa adotar posições firmes, com um acompanhamento
110 bem próximo. Através do intérprete de LIBRAS, o conselheiro Júlio (SURDOVEL),
111 apontou que a Lei determina um tratamento igualitário e luta-se para isso. A sociedade
112 precisa quebrar o preconceito e o COEDE não poderá permanecer omisso. Fez-se um
113 parênteses para se ouvir a fala da Dra. Rosana (MPPR) :- essa informou ter sido
114 convidada para uma audiência pública visando abordar pessoas com autismo. Colocou
115 que, na verdade, não conhecia com detalhes as dificuldades enfrentadas por essas
116 pessoas : na área da educação existe a mesma exclusão. No próximo dia 26/06 será
117 realizada uma reunião ampliada, com a participação de promotorias e conselhos,
118 alguns conselheiros mostraram interesse em comparecer a esse evento, a exemplo o
119 Presidente Pedro (despesas pagas por ele próprio) ao abrir mão de ter as suas
120 despesas pagas, o Presidente deverá apresentar também um documento
121 especificando essa decisão. Existe uma Lei que diz: é crime o preconceito, prejudicar o
122 acesso à escola e ao trabalho. Esse mesmo preconceito é velado e de difícil prova.
123 Sofre-se angústias e é difícil a comprovação em juízo. Mostrou-se satisfeito pelo fato da
124 Secretaria de Estado da Educação mostra-se solidária, o trajeto será espinhoso, é lutar
125 contra uma sociedade preconceituosa e excludente. O presidente do COEDE,
126 conselheiro Pedro (APAE Cascavel) parabenizou os pais pela coragem e exercício da
127 cidadania. O preconceito velado é diário porém nossos filhos precisam de nós, disse
128 ele. Na sequência, os conselheiros se emocionaram com o agradecimento do Gabriel,
129 feito ao microfone. ° Aprovada a sugestão da Procuradora de Justiça. O conselheiro
130 Ivan (ACADEVI) considerou que as reuniões conjuntas de Comissões deverão manter
131 a paridade. Levantou-se no plenário o fato de que os portadores de deficiência auditiva ,
132 quando vão ao INSS, são impedidos de ter na sala os intérpretes de LIBRAS.
133 Conselheiro Ricardo (UNILEHU) sugeriu o envio de ofício ao CONADE, questionando
134 se seria um caso isolado do Paraná. Já a conselheira Juvanira (SESP) registrou que tal
135 correspondência deverá ser encaminhada também à Defensoria Pública da União e ao
136 CONADE. Completando, o conselheiro Ivan (ACADEVI) apontou que o INSS pretende
137 realizar a revisão das pessoas com deficiência e não garante a presença dos
138 intérpretes, assim querem garantir a Lei, descumprindo a própria Lei. Participativo, o
139 conselheiro Mauro (Assoc. Dos Def. Físicos) comunicou que atualmente uma empresa
140 privada está recebendo a dispensação de órtese e prótese , serviços esses prestados
141 anteriormente pela APR. Essa clínica de fisioterapia que atua presentemente, tem
142 implicado na baixa qualidade dos produtos. Esse fluxo está bem confuso em Curitiba.
143 Solicitou ao COEDE para oficiar ao Diretor do Hospital, verificando se procede a
144 atuação dessa clínica. Representante da SESA, a conselheira Raquel Bampi, informou
145 que o CHR é um hospital do Estado e os serviços de órtese e prótese são contratados.
146 A APR foi desabilitada e deixou uma grande demanda de pedidos. Com relação aos
147 fluxos, é o mesmo procedimento. Visita a Unidade de saúde, realiza a consulta e faz o
148 pedido. Ainda está em processo de transferência para retornar a área física, visual e
149 auditiva. ° **Comissão de Políticas Básicas** – Conselheira Cilmara (APADEVI) **1.1.**
150 **Papel do Coede no desenvolvimento dos Conselhos Municipais. Relato:** O

151 conselheiro Carlos solicita informações sobre a atuação do COEDE no suporte aos
152 Conselhos Municipais. Relata que no município de Paranaguá o conselho está sendo
153 criado e que em dois momentos anteriores houve articulação para criação, porém sem
154 sucesso, sendo os processos arquivados. **Histórico:** Nos anos de 2016 e 2017, a
155 CPCD realizou capacitação em diversas regionais do Estado no intuito de orientar os
156 municípios sobre a importância da criação de Conselhos Municipais dos Direitos da
157 Pessoa com Deficiência, para o fortalecimento da política. Desde o final 2015 até o ano
158 de 2017, mais de 70 municípios criaram o Conselho. Isso representa um aumento de
159 340% em relação aos conselhos existentes em até o final de 2015. **Sugestão de**
160 **encaminhamento:** Envio de ofício em parceria com o Ministério Público para os
161 gestores municipais sobre a importância da criação dos conselhos e fundos. Anexar o
162 Guia para Criação de Conselhos Municipais elaborado pelo COEDE. A CPCD já
163 minutou e validou o ofício com o Ministério Público, restando apenas o envio do
164 documento. **Parecer da Comissão:** Solicitar a indicação de um Conselheiro para
165 capacitação dos membros que farão parte dos Conselhos da região. **Parecer do**
166 **Coede:** Aprovado. **1.2. Cota de inclusão de pessoas com deficiência. Relato:**
167 Considerando que as Legislações Federal e Estadual citam parâmetros para o
168 desenvolvimento do trabalho de pessoas com deficiência, o conselheiro Ricardo
169 Vilarinho solicita que a Secretaria de Estado de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos
170 apresente as ações e dados referentes ao mercado de trabalho e qualificação
171 profissional para pessoas com deficiência. **Sugestão de encaminhamento:**
172 Encaminhar ofício à SEJU solicitando informações sobre a colocação de pessoas com
173 deficiência no mercado de trabalho, a oferta de cursos profissionalizantes para esta
174 parcela da população e o cumprimento da legislação vigente quanto as vagas
175 destinadas a pessoa com deficiência. **Parecer da Comissão:** Mantém-se a sugestão
176 acima acrescentando solicitação de informações ao Ministério Público do Trabalho e
177 Tribunal Regional do Trabalho. **Parecer do Coede:** Aprovado. **1.3. Rede de atenção**
178 **do SUS PR às pessoas com deficiência. Relato:** O Conselheiro Ricardo solicita
179 informações quanto ao número de Centros Especializados em Reabilitação existentes
180 no Estado, se há algum em construção e a previsão para atendimento de demanda
181 reprimida. **Sugestão de encaminhamento:** Envio de Ofício a Secretaria de Estado da
182 Saúde, solicitando informações quanto ao número de Centros Especializados em
183 Reabilitação existentes no Estado, verificação se há algum centro de reabilitação em
184 processo de construção e a previsão de atendimento de demanda reprimida, se houver.
185 **Parecer da Comissão:** Além do disposto acima solicitar informações quanto as
186 parcerias com as instituições que atendem as pessoas com deficiência (Apaes e
187 coirmãs). **Parecer do Coede:** A conselheira da SESA fará apresentação da Rede de
188 Atenção em reabilitação na reunião do mês de julho em substituição ao envio do ofício.
189 **1.4. Acessibilidade nas delegacias de Polícia do Estado do Paraná. Relato:** O
190 Conselheiro Ricardo solicita informações quanto a acessibilidade nas delegacias. O
191 questionamento abrange informações quanto a acessibilidade arquitetônica e
192 comunicacional (intérprete de LIBRAS). **Sugestão de encaminhamento:** Enviar ofício à
193 SESP solicitando informações quanto a acessibilidade arquitetônica e comunicacional
194 existente nas delegacias. **Parecer da Comissão:** Mantém-se o encaminhamento.
195 **Parecer do Coede:** Aprovado. **1.5. Acessibilidade nas penitenciárias do Estado do**
196 **Paraná. Relato:** O Conselheiro Ricardo solicita informações quanto a acessibilidade
197 nas penitenciárias do Estado. O questionamento abrange informações quanto a
198 acessibilidade arquitetônica (existência de celas adaptadas, banheiros adaptados,
199 cadeiras de banho, etc.) e comunicacional (intérprete de LIBRAS). **Sugestão de**
200 **encaminhamento:** Enviar ofício à SESP solicitando informações quanto a

201 acessibilidade arquitetônica e comunicacional existente nas penitenciárias. **Parecer da**
202 **Comissão:** Mantém-se o encaminhamento. **Parecer do Coede:** Aprovado. **1.6.**
203 **Problema relacionado à contratação de TILS por PSS. Relato:** O Conselheiro Júlio
204 faz apontamentos em relação a comissão de análise da certificação de proficiência em
205 LIBRAS nos processos de seleção simplificada, considerando a necessidade de
206 conhecer a fundo os documentos específicos que garantem a titulação para a formação
207 de tradutor intérprete. Sugere também que haja além da prova de títulos, uma banca
208 examinadora que avalie a fluência e capacidade de interpretação. **Parecer da**
209 **Comissão:** Solicita-se que o Conselheiro apresente a manifestação quanto ao ocorrido
210 para que a SEED atue de forma pontual quanto a avaliação das certificações
211 apresentadas pelos candidatos inscritos no Edital do Processo Seletivo Simplificado.
212 **Parecer do Coede:** Aprovado. A coordenadora da Política , conselheira Flavia (SEDS)
213 fez algumas referências à capacitação realizada no litoral, no ano passado. Afirmou
214 também que a cartilha orientativa para criação de conselhos tem sido enviada. Nesse
215 momento o conselheiro Carlos Renato (APAE de Paranaguá) esclareceu que está no
216 empenho de criar um conselho em Paranaguá tarefa essa já enfrentada por outros, sem
217 êxito. Percebeu que os conselhos tem uma certa fragilidade, e os cargos na maioria das
218 vezes são apontados pelos prefeitos. Colou-se ao dispor para dar suporte a outros
219 futuros colegiados a serem criados e outros tantos desativados. Segundo a procuradora
220 de Justiça, o envolvimento da Câmara Municipal através de um projeto de Lei, iniciado
221 pelo executivo. Continuou o conselheiro Ivan avaliando que o Estado do Paraná não
222 cumpre reserva de vagas para estagiários com deficiências. Um alerta veio da parte da
223 Sra. Procuradora de Justiça, lembrando que é importante verificar a acessibilidade
224 existente ou não, nas penitenciárias e delegacias. Foi a vez do conselheiro Mauro
225 apontar, ter já visitado a penitenciária de Piraquara com acessibilidade zero. Detectou
226 ainda a falta de azulejos nos banheiros, falta de cadeiras de rodas, ausência de higiene
227 na passagem de sonda, etc. **° Comissão de Capacitação, Mobilização e Articulação**
228 – Conselheira Cala Regina. **3.1. Consulta Pública da LBI. Relato:** Durante um mês,
229 entre os dias 21 de maio e 21 de junho, o Ministério dos Direitos Humanos abre
230 consulta pública sobre regulamentação do artigo 58º da Lei Brasileira de Inclusão da
231 Pessoa com Deficiência (13.146/2015). O texto faz referência à adaptação de
232 edificações privadas às pessoas com deficiência. Após reuniões com diversos
233 segmentos, como a sociedade civil e o setor imobiliário, algumas contribuições já foram
234 realizadas. Para que as sugestões sejam feitas, é preciso que o contribuinte leia a
235 minuta para, em seguida, realizar suas observações no formulário de preenchimento.
236 MINUTA: [http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/mdh-abre-consulta-](http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/mdh-abre-consulta-publica-sobre-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/minutaConsultaPessoacomdeficincia.pdf)
237 [publica-sobre-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-](http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/mdh-abre-consulta-publica-sobre-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/minutaConsultaPessoacomdeficincia.pdf)
238 [deficiencia/minutaConsultaPessoacomdeficincia.pdf](http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/mdh-abre-consulta-publica-sobre-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/minutaConsultaPessoacomdeficincia.pdf) **Parecer da Comissão:**
239 Encaminhar ofício circular por e-mail para os Conselhos Municipais e para os ER/SEDS
240 solicitando divulgação para as Instituições. **Parecer do Coede:** Aprovado. **3.2. Nova**
241 **Regra para saque do FGTS. Relato:** Decreto autoriza o saque do Fundo de Garantia
242 do Tempo de Serviço (FGTS) para pessoas com deficiência, para aquisição de próteses
243 e órteses. A nova regra começou a valer em 17 de abril. A mudança no Regulamento do
244 FGTS adiciona uma nova situação em que a conta vinculada pode ser movimentada. O
245 trabalhador com deficiência precisa ter prescrição médica que indique o uso de órtese
246 ou prótese, além de apresentar atestado de diagnóstico e laudo médico detalhado. A
247 indicação precisa seguir os instrumentos para a avaliação da deficiência. **Parecer da**
248 **Comissão:** Encaminhar ofício circular por e-mail para os Conselhos Municipais e para
249 os ER/SEDS solicitando divulgação para as Instituições. **Parecer do Coede:**
250 **Aprovado. Inclusão de Pauta: 3.3. Encontro sobre os Direitos da Pessoa com**

251 **Deficiência em Paranaguá- LBI. Relato:** Realização de Encontro sobre os Direitos da
252 Pessoa com Deficiência em Paranaguá- LBI, no dia 10 de julho de 2018, com objetivo
253 de fomento de criação de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
254 O conselheiro Pedro informará na sequencia o local de realização, horário das 9:00 as
255 12:00. **Parecer da Comissão:** Encaminhamentos: 1. Representação do COEDE pelo
256 Presidente e realização de palestra pelo mesmo; 2. Representação da Coordenação
257 Estadual de Políticas da Pessoa com Deficiência; 3. Solicitar para a assessoria de
258 comunicação elaborar convite do evento, assim que houver confirmação do local; 4.
259 Acionar o ER/Paranaguá para o convite e mobilização das Instituições; **Parecer do**
260 **Coede:** Aprovado. ° Item 5 – Fórum nacional sobre os Direitos da Pessoa com
261 Deficiência – Promoção OAB. Abertura 14hrs no dia 13 de junho. Reunião com os
262 presidentes das comissões dos estados do Brasil. Alguns conselheiros mostraram
263 interesse em comparecer a esse evento, a exemplo o Presidente Pedro, Flavia (SEDS),
264 Raquel (SESA) e Claudia (SEED). Houve orientação da conselheira Flavia para que
265 todos tragam o seu relatório sobre o evento. Prestando assessoria jurídica, Dra.
266 Danielle esclareceu que será preciso elaborar uma deliberação, donde deverá constar o
267 conselheiro que representará o colegiado. Por fim, qualquer fala a ser levada a efeito
268 em nome desse COEDE, deverá ser legitimada por uma deliberação. ° Fórum Brasileiro
269 dos Conselhos Estaduais. Será em agosto , em Manaus. A conselheira Flavia irá
270 representando o COEDE/PR. ° Item 6 – Informes Gerais. O conselheiro Ivan comunicou
271 que em 31/07 estará defendendo sua dissertação de mestrado, na universidade do
272 Oeste , em Cascavel. Estendeu um convite a todos os conselheiros. No intuito de
273 agilizar o andamento das plenárias, o Presidente Pedro orientou que todos os assuntos
274 discutidos em plenário deverão já ter sido debatidos primeiramente na comissão. As
275 falas deverão ser sucintas e objetivas. Contar com o bom senso. O conselheiro Ricardo
276 (UNILEHU) contribuiu dizendo que no conselho de saúde existe um timer e cada
277 manifestante terá dois minutos, com direito à replica. Ao encerrar o evento, o Presidente
278 mostrou-se agradecido pela participação de todos. Essa Ata foi redigida por Regina
279 Amasalis e digitada por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva Michelly Miranda.
280 Esse documento após aprovação estará inserido no site do COEDE/PR.